ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL / RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA - E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

O Tuiuti

2013 / Nº 83

LEGIO ROMANA

Poder Militar Imperial nos Primeiros Séculos

O Tuiuti

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS) - ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA - E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

210 ANOS DO NASCIMENTO DE CAXIAS – 70 ANOS DA CRIAÇÃO DA FEB

Editor:
Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel – Presidente daAHIMTB/RS e Vice do IHTRGS
lecaminha@gmail.com

Projeto Gráfico:
Fabricio Gustavo Dillenburg - Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis
nucleomilitar@gmail.com

Capa:
Figura em resina representando membro da Guarda Pretoriana, séc. I a.C.. Escultura de Viktor Konnov com pintura de Diego Ruina. Ao fundo, águia romana.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA MILITAR VAE VICTIS

Mais de duas décadas de trabalho voltado para a divulgação da História Militar

O Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis tem grande orgulho em participar da elaboração do informativo **O Tuiuti**, marco da formação histórica militar brasileira. Com o objetivo de divulgar a História, sobretudo em seu viés militar, o Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis trabalha tendo em vista a clareza de informação, a amplitude das análises, a relevância do material audiovisual, a atualização das hipóteses e a consistência na argumentação.

Nossa Missão: é levar ao máximo possível de pessoas o conhecimento da História Militar, divulgando sua importância, resgatando os seus valores e as suas memórias, preservando documentos e fornecendo subsídios para uma educação integral e de qualidade.

Nossa Postura: é independente, livre de qualquer posição política ou religiosa, voltada unicamente para a preservação e divulgação do conhecimento histórico, sem qualquer conexão com entidades que não tenham cunho explicitamente cultural, visando fornecer informação e compreensão com acessibilidade.

Para saber mais sobre nosso trabalho visite:

www.nucleomilitar.com / www.nucleomilitarblog.com

Non Plus Ultra[1]

Observações sobre algumas características militares romanas nos dois primeiros séculos do Império

Fabricio Gustavo Dillenburg
Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis

Ao falarmos das forças militares romanas, temos que ter em mente que, na verdade, vários exércitos sucederam-se, cada qual com características próprias. Cada período histórico da extensa jornada romana embute significativas peculiaridades, que devem ser levadas em conta nas análises, sejam elas militares ou não, já que a estrutura do exército conformava, profundamente, parte do próprio sistema político e econômico antigo.

Nos dois séculos iniciais do Império formado pela grande cidade do Lácio, um número considerável da população, composta por escravos, não era passível de cerrar fileiras junto aos cidadãos romanos[2], assim como os libertos também não eram, normalmente, chamados às tropas. Na época de Otávio Augusto (63 a.C.-14 d.C.) e Adriano (76-138 d.C.), os efetivos atingiam cerca de 350 a 400 mil homens, o que não representava muito, num universo de 50 milhões de habitantes e extensas áreas a serem controladas.

Cena do filme "The Eagle", representando legionários romanos em combate

As forças internas de proteção também não se mostravam muito impressionantes, já que, nesse período, havia uma guarnição em Roma, uma em Lyon e, outra, em Cartago[3]. Em grande parte, a quantidade inadequada de forças, bastante reduzida para o tamanho de suas tarefas junto às imensas fronteiras (então, com cerca de dez mil quilômetros), decorria, fundamentalmente, de questões financeiras.

Fazia-se necessário, contudo, que o exército estivesse sempre a postos junto às regiões limítrofes do Império. Mantinham-se, as tropas, nas regiões recentemente dominadas ou nas áreas nas quais as ameaças se faziam mais prementes. Assim foi, na época de Augusto, de Trajano (53-117 d.C.) e Antonino (86-161 d.C.) e tal disposição mostrou-se problemática, quando várias frentes passaram a ser ameaçadas, simultaneamente. Enquanto as invasões aconteciam de forma esporádica, por um ou outro grupo bárbaro, as forças comportavam-se muito bem, partindo de pontos fixos e avançando contra os intrusos. Idem quando povos pouco ativos, militarmente, eram confrontados. Mas, quando a deterioração dos limites fez-se evidente, em vários pontos, a estrutura começou, lentamente, a desmoronar.

A unidade básica do exército romano, que sustentava todo o poder do Império, era a legião, com uma média de 5 mil homens na ativa, contando com 10 coortes de infantaria, 120 cavaleiros, 60 centuriões e 6 tribunos militares. Tratava-se de uma máquina de guerra provada em combate, muito eficiente, porém, cara. A sua formação original, dita "manipular" (o que significa, grosso modo, em "punhados", ou "feixes"), notável a partir do século IV a.C., foi

desenvolvida quando da expansão pela Itália e conquista de territórios próximos, dentro da política de manter inimigos o mais distante possível do centro do poder. Com base manipular, a legião estruturava-se sobre três linhas, sendo que, cada linha, era formada por dez manípulos. Entre cada um dos manípulos, mantinha-se generoso espaço, para que movimentos amplos pudessem acontecer, sem maiores empecilhos[4].

Caio Mário (157-86 a.C.) promoveu uma ampla reforma militar, que substituiu as tradicionais três linhas por dez coortes, dispostas, elas próprias, em formação que variava de uma a quatro linhas. Mário foi fundamental no processo de profissionalização das forças romanas, fornecendo uma base coesa para os que o sucederiam, incluindo Júlio César (100-44 a.C.) e os futuros imperadores, em suas buscas incessantes por expansão.

Um desses sucessores, o imperador Otávio Augusto, com certa relutância, reduziria o efetivo de 50 legiões, com as quais contava, para 28, em 13 a.C. A decisão derivou, primeiro, da constatação de quanto, efetivamente, seus cofres continham, e de que suas possibilidades financeiras eram inadequadas ao suporte de tantos homens. Em segundo lugar, a redução foi possível graças ao desligamento dos veteranos da Batalha de Ácio, ocorrida na Grécia, violenta luta entre o imperador e o rebelado Marco Antônio (83-30 a.C.) – este apoiado, militarmente, por Cleópatra, sua amante – e que resultou numa vitória avassaladora de Augusto sobre seus inimigos.

No ano 9 a.C., depois de combates em Varo, na Germânia, Otávio perderia três legiões, permanecendo, assim, com apenas 25, até o ano de 42 a.C.. A partir de então, outras unidades foram criadas, para reforçar as longas fronteiras, que viriam a representar, cada vez mais, desafios à supremacia romana. Quando Marco Aurélio (121-180 d.C.) iniciou suas guerras no Danúbio, a situação estava, novamente, no patamar da época de Augusto: havia 28 legiões, prontas para combate. De fato, uma constância notável no número de forças disponíveis, não variando muito de 30 legiões – um pouco mais, um pouco menos – manteve-se, na época do Império, em seus primeiros

Para combate aproximado, o *gladius* era complementado pelo *pugio* (adaga)

duzentos anos. Faziam-se presentes, dessa forma, aproximadamente 140 a 150 mil legionários, a maior parte instalada em acampamentos fronteiriços, que acabariam por tornarem-se permanentes, inclusive recebendo estruturas em pedra, para alojar os militares e tudo o mais que lhes dizia respeito.

Em geral, cada uma das "bases" romanas alojava uma legião. A exceção, dava-se na região da Germânia, área muito instável e perigosa, fonte de constantes atritos. Ali, às vezes, duas legiões ocupavam um mesmo espaço, fortalecendo posições, em construções sensivelmente maiores e mais bem equipadas. De qualquer forma, em caso de necessidade, agrupavam-se legiões, uma em apoio à outra, constituindo verdadeiros exércitos, principalmente quando urgia a ofensiva. O contrário – o fracionamento das coortes em destacamentos, chamados *vexillationes* – também podia ocorrer, sobretudo para cobrir vários pontos, simultaneamente, a fim de confrontar os invasores bárbaros.

A *lorica segmentata*, construída em ferro e couro, protegia o torso do combatente. À medida em que a crise financeira romana se agravou, sua qualidade caiu, deixando os soldados mais vulneráveis

Também, por essa razão, de movimentar rapidamente as forças, para impedir numerosas rupturas, multiplicar-se-iam os *auxilia*, coortes de infantaria, alas de cavaleiros e coortes de cavalaria (denominadas *equitatae*). As unidades eram compostas, por vezes, por 500 homens; em outras circunstâncias, por até mil. Não há unanimidade nos números, seja pela documentação conhecida, seja pela própria efemeridade das unidades que, por vezes, existiam por muito pouco tempo e, depois, novamente, eram realocadas. As listas que resistiram ao teste do tempo mostram, contudo, que, aparentemente, o conjunto dos *auxilia* possuía o mesmo número de homens que as legiões, talvez uma pequena fração a mais.

Os destacamentos, situação comum, compunham-se de membros oriundos de tribos ainda em processo de romanização – ou mesmo bárbaras – e podiam conter bretões, trácios, entre outros, o que se refletia, inclusive, na adoção dos nomes das unidades, alguns absurdamente complexos. Serviam, esses estrangeiros, por um período de 25 anos, recebendo, invariavelmente,

menos que os legionários romanos. Suas armas eram as que traziam consigo, de suas tribos, e estranhas aos soldados romanos tradicionais. Como o próprio nome indica – *auxilia* – a função das unidades que compunham era servir como apoio, atuando como tropas de flanco, como batedores e reserva, com considerável independência tática. Cabe salientar que, na medida em que a romanização se estendia a todos os combatentes, houve uma tendência à inserção desses estrangeiros nas estruturas tradicionais de combate, com a incorporação dos homens nas legiões e a adoção de armas comuns aos outros legionários. Por fim, acabavam por agir não muito diferente das *vexillationes*. E, apesar de muitas discussões históricas derivarem em "acusações" de que esses grupos, originalmente tribais, tenham contribuído para "barbarizar" o exército, é importante ressaltar que – pelo menos até o século II – seus comandantes eram romanos.

Romanos, ou oriundos da Itália central, também, eram os que compunham, basicamente, a guarda pretoriana (*cohors praetoria*), uma tropa diferenciada, cuja função primordial era proteger o governante. Nela, servia-se por menos tempo, 16 anos, e os homens eram – como não podia deixar de ser – muito bem pagos e equipados. Em geral muito disciplinados, os pretorianos estavam sempre no centro das agitações políticas, servindo, ora

As formações cerradas romanas eram sério obstáculo para atacantes menos disciplinados

como ameaça ao próprio poder, ora como um de seus instrumentos de coação. Muitas vezes, criavam-se ligações pessoais entre os líderes da guarda e o imperador, o que reforçava a fidelidade e garantia mútuas vantagens.

Interessante é o fato de que, extraordinariamente, o imperador Augusto criou um corpo especial, voltado para o auxílio em catástrofes naturais, e para servir como uma reserva de combatentes ao fogo, sempre uma ameaça às cidades da época. Era composto por 480 homens libertos, divididos em sete coortes, que ficavam em vigília permanente. Embora não tivessem o mesmo prestígio das tropas combatentes, foram muito úteis em diversas ocasiões. Augusto, atento e muito ciente dos riscos de estar no poder, reforçou, também, o *cohors praetoria*, compondo-o com até 12 coortes pretorianas de 480 infantes e 120 cavaleiros.

Agressivo e sempre sedento de espaço, o Império expôs novos e grandes desafios, cada vez mais complexos. Roma, todavia, já possuía grande dinamismo nas questões militares, que vinham evoluindo, consideravelmente, desde a República, e promoveu constantes adaptações, incluindo algumas mudanças maiores no recrutamento (cujos efeitos não foram, sob certos aspectos, benéficos).

Um dos problemas, que se tornava cada vez mais importante, no contexto de crescentes invasões territoriais às quais o Império se via envolvido, foi o fato de que o típico soldado-cidadão romano foi dando lugar a provincianos e estrangeiros. Razões, para isso, não faltavam: o trabalho era rude e exigia muita força física, a disciplina era dura (mas, eventualmente, variável[5]), o risco de morte, cada vez maior. Por outro lado, as recompensas eram, comumente, apenas honoríficas e, a ascensão, muito lenta, com soldos baixos[6].

Juridicamente, desde cedo, somente os cidadãos podiam fazer parte das legiões, mas, historicamente, é fato que houve um grande número de estrangeiros "naturalizados", que passaram a compor as tropas. Havia restrições, como no caso dos libertos, que apenas poderiam servir como parte das tropas auxiliares, ou nas forças navais – definitivamente, uma arma secundária, sob a visão de muitos governantes e, não poucas vezes, resultado de improvisação. Seus filhos, entretanto, poderiam se incorporar às legiões, caso assim o desejassem. Os estrangeiros

recebiam, em sua dispensa, direito ao casamento. Depois do imperador Cláudio (10 a.C.–54 d.C.), passaram a receber a cidadania, não apenas para si, mas para a esposa e seus filhos. O fato é que, invariavelmente, a cidadania romana só poderia ser plenamente exercida após o cumprimento do dever.

Os provincianos e estrangeiros representaram uma saída para a falta de homens, da Península Itálica, comprometidos efetivamente com a glória combativa de seus antepassados. Assim, a romanização teve, como importante consequência, o mérito de multiplicar o número de soldados disponíveis. Mas, isso, nem sempre, implicava em qualidade; pelo contrário, foi sensível a degradação das tropas, em certos momentos. Por outro lado, a proximidade fronteiriça dos alojamentos militares favoreceu o recrutamento local e a incorporação dos ex-*castris*, os filhos de legionários criados e educados junto aos acampamentos (*castra*). Apesar disso, nos dois primeiros séculos do Império, não se pode afirmar que houve uma "barbarização"; mas, de fato, houve, progressivamente, uma notável mudança no perfil militar romano.

A obra empreendida pelo Império representou um momento característico, no qual o espírito bélico de Roma passou a ser atrelado, cada vez mais, às vantagens sociais, aos interesses pessoais; com a política

assumindo importância demasiada entre os militares (algo que sempre aconteceu, cabe dizer, embora em níveis diferenciados) manifestaram-se graves consequências.

Uma das circunstâncias que intensificaram esse efeito pernicioso foi a de que, na ausência de escolas militares, os exércitos eram comandados, frequentemente, por amadores, sem muita experiência: homens públicos, notórios cidadãos, que recebiam a liderança por legado imperial, e que se confiava, muitas vezes, a veteranos pretores, por questões de segurança interna.

Tropas romanas atravessando um rio, em pontes montadas sobre barcos

As legiões eram guiadas, em decorrência disso, e por constantes jogos de influência, mais por políticos do que por soldados, situação que só mudaria – embora não drasticamente – a partir de Septímio Severo. Antes dele, um senador poderia, por exemplo, assumir o comando de uma legião após ter prestado, apenas, um semestre de serviço militar; às vezes, com somente vinte anos de idade e sem ter exercido qualquer cargo militar de grande responsabilidade, previamente.

Os cavaleiros, que recebiam uma formação militar relativamente superior, em geral, não assumiam altos comandos, sobretudo de legiões. Passavam, comumente, por três anos de serviço (*tres militiae*) como prefeito de coorte, ou outros cargos efetivos, servindo em várias armas e acumulando experiência considerável – por sinal, muito bem aproveitada no comando das tropas auxiliares. Os cavaleiros mais jovens, de baixa origem, com poucas influências políticas, iniciavam, com frequência, sua carreira pelo centurionato, o que os colocava, grosso modo, como a espinha dorsal do exército romano. Eram, contudo, pelo menos no que diz respeito ao comando das legiões, relegados a planos secundários.

Não por acaso, uma análise histórica das forças romanas, durante os dois primeiros séculos do Império, tende a reforçar a ideia de que a capacitação militar de seus líderes – com raras exceções – está na razão inversa da patente e da origem do comando.

•

Notas:

1 "Não mais além". Nos tempos antigos, utilizava-se a expressão para indicar que não deveria se ultrapassar certo ponto. Utilizo como referência ao limes do Império, fronteira entre os povos romanizados e os povos germânicos, principalmente, chamados, também, de "bárbaros".

2 Antes de tudo, em Roma, principalmente nos primeiros tempos, cada soldado era um cidadão; escravos, não tinham esse status, obviamente. Muitos historiadores atribuem a decadência do poder militar romano, entre outras coisas, à alteração da condição de seus combatentes, recrutados entre estrangeiros ou como mercenários. Assim, escravos não eram mobilizáveis e libertos não eram, cotidianamente, mobilizados.

3 Havia, também, o sempre presente receio de golpes internos. O volume de tropas, em cada local, tratava-se, portanto, de um delicado jogo de equilíbrio político-militar.

4 Acredita-se – embora sem qualquer certeza – que as origens dessa formação sejam samnitas, fruto das lições absorvidas, em combate, pelas tropas romanas. Os samnitas eram um povo seminômade, que habitava o centro da península Itálica, por volta do ano 1000 a.C., e que foi conquistado pelos romanos.

5 As tropas, lotadas nas regiões orientais, eram consideradas, em geral, mais "relaxadas" e menos disciplinadas; por isso, os castigos, segundo alguns autores, eram aplicados, nelas, com menos rigor. Mas, em grande parte, esse discurso, talvez, derivasse de diferenças internas, preconceitos e disputa de egos, entre os homens que registravam – ou ordenavam o registro – da História.

6 Domiciano (51-96 d.C.) providenciou um aumento, de cerca de 25%, às tropas, mas, mesmo assim, os pagamentos continuaram baixos. Um soldado auxiliar de infantaria, por exemplo, recebia apenas 100 denários por ano, enquanto que um cavaleiro recebia 225 denários; um legionário tinha como soldo anual 300 denários, um pretoriano recebia mil denários, um centurião, cinco mil. Um auxiliar, apenas conseguia subsistir, até porque, antes de Septímio Severo (146-211 d.C.), a alimentação era descontada do militar.

•

Referências Bibliográficas:

ALBA, André. **Roma**. São Paulo: Mestre Jou, 1964.

BIRLEY, Eric. **Roman Britain and the roman army**. Londres: Kendal: 1961.

BOWERSOCK, G. W. **Augustus and the greek world**. Londres: Oxford, 1965.

DUDLEY, Donald R. **The rebellion of Boudicca**. Londres: 1962.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do império romano.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.

MAIN Y PENA (M.) **Instituciones militares romanas.** Madri: s/n, 1956.

PETIT, Paul. **A paz romana.** São Paulo: Pioneira, 1989.

F. G. Dillenburg

Sobre o Autor: Fabricio Gustavo Dillenburg tem formação em História e é fundador e responsável pelo Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis. É autor de "Kamikaze: as Invasões Mongóis e as Origens do Vento Divino". Mais informações em **www.nucleomilitar.com** e **www.nucleomilitarblog.com**.

AHIMTB/RS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL / RS